

Transfeminicídio e lesbocídio no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil¹

Bruna Andrade Irineu²
Leana Oliveira Freitas³
Júlia Spigolon⁴

Resumo: O artigo reflete como a pandemia da Covid-19 acentuou desigualdades estruturais do Brasil, aprofundando diferenças socioeconômicas expressas, entre outras, nos indicadores de saúde que cindem a população brasileira diante das possibilidades de acesso aos serviços médico-sanitários de qualidade. O estudo resulta de pesquisa financiada Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e identificou que as medidas de distanciamento e isolamento social, promovidas com a intenção de barrar a propagação do vírus, fizeram emergir na cena pública o debate em torno das políticas de atenção à população LGBTI+ anunciando o acirramento dos contrastes e injustiças, sobretudo quando atravessadas por outros marcadores sociais como raça, etnia, gênero, orientação sexual e classe social.

Palavras-chave: Covid-19; Lesbocídio; Transfeminicídio;

A pandemia da Covid-19 ampliou e expôs as desigualdades estruturais no Brasil, aprofundando as diferenças socioeconômicas, que se manifestam, entre outras coisas, em indicadores de saúde que dividem a população brasileira em ricos e pobres, e limitam as possibilidades de acesso à serviços de saúde de qualidade. Diferenças que,

¹ Parte da reflexão que socializamos neste artigo resulta no avanço de textos apresentados em eventos como o X CINABEH e o XVII ENPESS.

² Bolsista Produtividade em Pesquisa Nível 2 do CNPq. Professora Adjunto IV do Departamento de Serviço Social na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Política Social e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações de Gênero – NUEPOM/UFMT.

³ Bolsista Produtividade em Pesquisa Nível 2 do CNPq. Professora Associada IV do Departamento de Serviço Social na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Política Social.

⁴ Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações de Gênero – NUEPOM/UFMT.

independentemente da localização espacial, evidenciam o modo como os determinantes sociais incidem sobre os processos de saúde e doença da população. As medidas de distanciamento e isolamento social, promovidas com a intenção de barrar a propagação do vírus, fez emergir na cena pública o debate em torno das políticas de atenção à população LGBTI+ em tempos de pandemia. Estruturas desiguais foram expostas, evidenciando as especificidades da disseminação do vírus e seus efeitos, o acirramento dos contrastes e injustiças, sobretudo quando atravessadas por outros marcadores sociais como raça/cor, etnia, gênero, orientação sexual e classe social.

As pessoas com identidade de gênero e orientação sexual consideradas dissidentes à norma cis-heteronormativa estão submetidas à condições adversas que antecedem a pandemia, mas que foram por ela agravadas, em face da ausência ou fragilidades de medidas públicas a elas destinadas, especialmente no campo da saúde, mas não apenas. A invisibilidade das demandas e necessidades sociais e de saúde das pessoas LGBTI+ vêm sendo historicamente reiteradas, negando seus direitos sociais e de cidadania.

O isolamento social, como uma das principais medidas de enfrentamento à Covid-19, impôs à população o recolhimento e a permanência no espaço residencial. Esse imperativo, no entanto, desconsiderou certas especificidades que assumem as diferentes composições e recortes populacionais; afinal o espaço da casa, via de regra, é desfavorável às mulheres porque é marcado por assimetrias de poder na vida privada, especialmente no trabalho doméstico e na gestão do desejo, assim como *“pelo endividamento de aluguel e de financiamento, pela propriedade imobiliária e fundiária, pela parentalidade patriarcal e (frequentemente) pela instituição do casamento”* (LEWYS, 2020, p. 2). Além de constituir-se, muitas vezes, em local de produção e reprodução de violência familiar.

O aumento nos índices de transfeminicídio e lesbocídio, durante esse período, corrobora com as ressalvas apresentadas. É importante reforçar, igualmente, que abordar a questão da violência e morte de mulheres, especificamente mulheres trans/travestis e lésbicas torna-se imprescindível, considerando a sociedade patriarcal, sexista,

LGBTfóbica que inferioriza pessoas com orientação sexual e/ou identidade de gênero dissidentes e transgressoras.

O conceito feminicídio é utilizado para significar os assassinatos sistemáticos de mulheres e teve sua origem no pensamento feminista mexicano (BENTO, 2014). Logo, o uso dos termos lesbocídio e transfeminicídio derivam do feminicídio e estabelecem explicações para crimes que também são motivados pelo gênero, porque diferentemente do sexo que ocorre na intimidade, o gênero exige reconhecimento social (BENTO, 2014).

Assim, o transfeminicídio é uma denominação estabelecida para descrever o assassinato de travestis e mulheres transexuais por razão de gênero, cuja motivação é especificamente o desprezo ao trânsito que essas pessoas realizam desde o que socialmente é nomeado como masculino (gênero que lhes foi atribuído ao nascer) em direção ao que socialmente é nomeado e convencionando social como feminino. Para Bento (2014, p. 1), o transfeminicídio “se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo”.

O conceito lesbocídio é proposto por Peres, Soares e Dias (2019) para chamar atenção contra a negligência e o preconceito contra as lésbicas, em especial a morte das lésbicas motivadas pelo preconceito, pela lesbofobia. O lesbocídio, por sua vez, relaciona-se ao menosprezo e a não valorização da vida de lésbicas, baseado nas especificidades da condição de ser lésbica e das hierarquias de gênero, ou seja, das relações assimétricas de poder entre homens e mulheres na sociedade. Enquanto o feminicídio é caracterizado, em sua maioria, por casos de violência doméstica, 83% dos casos de lesbocídio são externos ao âmbito familiar, cometidos por homens com algum tipo de aversão a mulheres lésbicas. Lesbocídios diferem, também, dos casos de homofobia, ainda que os dois tenham por motivação o preconceito contra pessoas não-heterossexuais, ou não-adequadas às normas da chamada heteronormatividade. Portanto, pode-se definir o lesbocídio como morte de lésbicas em razão de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica (PERES, SOARES e DIAS, 2019).

Isso posto, cabe-nos agora demarcar o objetivo desse texto que é apresentar e problematizar informações sobre violências cometidas contra as mulheres lésbicas, transexuais e travestis no Brasil, durante a pandemia de Covid-19. Tema extremamente necessário de ser debatido e enfrentado pela sociedade em geral, levando em conta não apenas a condição atípica do mundo pandêmico e o atual momento de recrudescimento do conservadorismo (IRINEU, 2019). Mas, sua constância, permanência social, e institucionalização recente, levada a efeito pelo atual governo, que, cotidianamente, expressa seu ódio às pessoas LGBTI+, às mulheres, à população negra, pobre e periférica, com ações e medidas regressivas de direitos conquistados e consagrados na Constituição Federal de 1988, em especial aqueles que postulam a obrigatoriedade do Estado na formulação, implementação e execução de políticas públicas que atendam ao conjunto da sociedade, levando em conta as especificidades dos grupos que a compõem.

Os dados aqui apresentados e analisados derivam de pesquisa documental e de monitoramento de notícias e informações produzidas durante a pandemia, estando esse texto organizado, além desta introdução, em três partes: a primeira introdutória, em que se define os termos centrais do debate, no sentido de uma maior precisão conceitual, os dados propriamente ditos e suas análises correspondentes, na sua segunda parte, e as conclusões, nas quais se retomam aspectos fundamentais da discussão empreendida.

I. Vidas LGBTI+ em xeque: pandemia de covid-19 e governo Bolsonaro

No final de 2019 e o início do ano de 2020, o planeta foi surpreendido pela irrupção do coronavírus SARS-CoV-2, causador de infecção respiratória grave, que, por sua letalidade, alcance, difusão e contágio incontroláveis, desconhecimento sobre sua evolução, pelo volume de recursos a ser utilizado no seu enfrentamento, seus impactos e incertezas sobre o futuro da humanidade, levou a Organização Mundial de Saúde - OMS – decretá-la como pandemia da Covid-19, nome convencional e oficialmente adotado para a enfermidade decorrente do coronavírus SARS-CoV-2. O vírus rapidamente se expandiu pelo mundo, com consequências profundas na saúde pública e implicações agudas nas economias, nos mercados de trabalho e na sociabilidade em geral.

O mundo, a partir de então, começa a vivenciar alterações no seu modo de vida, que foi quase que totalmente reconfigurado. A dinâmica urbana transfigurada, espaços públicos esvaziados, escolas e universidades fechadas, comércio cerrando suas portas e de uma hora para outra um contingente enorme de pessoas sem trabalho e sem renda. As medidas de contenção total ou parcial, realizadas por vários países para moderar e adiar a disseminação da doença, abrangeram quase 2,7 bilhões de trabalhadores, representando cerca de 81% da força de trabalho mundial (OIT, 2020). No Brasil, a taxa de desemprego que, em janeiro de 2020, oscilava entre 10-11% da população economicamente ativa, atinge, no mês de setembro do mesmo ano, um contingente de desempregados que somava 14 milhões de pessoas e a taxa alcançando 14,4% (IBGE/ Pnad Covid19).

De imediato, o que enfrentamento deste fenômeno sanitário de dimensão global colocou em relevo foi a necessidade dos governos - fossem eles periféricos ou centrais- de realizar escolhas administrativas, colocando-os frente a frente ao clássico dilema: mais Estado ou mais mercado. As falhas ou alcances dos sistemas de saúde nacionais foram expostos e parecia não haver qualquer alternativa viável de enfrentamento que não passasse pela mão visível do Estado. Países cujo padrão de proteção social possuía uma natureza menos residual, derivadas de um modelo, já em declínio, de políticas de intervenção social e econômica não tardaram a tomar medidas que atenuassem as situações de empobrecimento de sua população. Enquanto isso, realizavam fortes investimentos em pesquisas em busca de uma vacina eficaz que pudesse conter a Covid 19 o mais rápido possível, de modo que suas consequências, sobretudo para a economia e para as condições de vida da população, fossem suavizadas em um lapso temporal menor.

Enquanto isso, no Brasil, o chefe do executivo não se intimidava em manifestar-se contrário à ciência, subestimando a profundidade da situação, menosprezando a gravidade da Covid-19 e da pandemia. Se no início era a negação de sua graveza e magnitude, com o avanço da pandemia passou a criticar o isolamento social e o uso de máscaras, enaltecendo a cloroquina e a hidroxicloroquina, substâncias sem eficácia comprovada contra a doença. Sem contar ataques constantes à vacina, especialmente à CoronaVac, desenvolvida pela

farmacêutica Sinovac, da China, em parceria com o Instituto Butantã, vinculado ao governo do Estado de São Paulo. Com a pandemia já estabelecida, com mortes registradas por todo o país, Bolsonaro volta seu combate aos decretos de isolamento social expedidos por estados e municípios. Seu pronunciamento à nação no dia 24 de março de 2020 causou indignação e perplexidade ao pedir a reabertura das cidades e contestando governadores e prefeitos que adotaram medidas para evitar que as pessoas circulassem pelas ruas.

De modo geral, as medidas tomadas especialmente em relação à proteção do emprego só atenderam ao setor empresarial, reduzindo as já escassas prerrogativas dos trabalhadores, das regras que regulam a duração e a execução da jornada de trabalho, da concessão de férias, da organização de turnos de revezamento e da vigência dos acordos e convenções coletivas, tolhendo a então frágil representação sindical na defesa dos trabalhadores. Não se preocupou com a garantia dos empregos e na manutenção da renda dos trabalhadores, formais ou informais. Com isso, o governo seguiu na contramão das medidas que foram adotadas por inúmeros países e recomendadas pelos organismos internacionais.

A pandemia expôs sua dimensão fenomênica que, mistificada por suas formas aparentes, oculta os determinantes de suas marcas históricas - desigualdades e pobreza -, produzidas pelo modo de produção capitalista que foram, obviamente, afetadas e exacerbadas pela crise sanitária global. Concorda-se aqui com um conjunto de autores e autoras que se afina com os argumentos apresentados por Gouvea (2020) para quem, mesmo que se admita que a dimensão destrutiva da crise, que já estava em andamento, se alterou qualitativamente com a ocorrência da pandemia (que pode ter caráter transicional para a reconfiguração capitalista), não se pode esquecer que a própria COVID-19 não é um “agente externo” e que não existiria e/ou não teria as mesmas consequências fora do sistema capitalista, pois a reprodução da vida no capitalismo está sobredeterminada pela mercantilização.

A taxa de letalidade do vírus não seria a mesma se no mundo houvesse sistemas públicos de saúde “em condições de contingenciá-lo, sistemas públicos de pesquisa em condições de estudá-lo, sistemas públicos de produção em condições de organizar o

acesso aos insumos necessários” (GOUVEA, 2020, p.21). O modo de produção capitalista, continua a autora, pela sua própria forma e natureza, impede que, no controle da doença, a vida seja priorizada, revelando, portanto, dimensões éticas da crise, confrontando valores deste momento histórico, sempre condicionados ao valor de troca como finalidade teleológica sobredeterminante.

Para Bretas (2020), o agravamento das atuais condições de vida impostas pela pandemia, especialmente no Brasil, são evidências dos efeitos de décadas de implementação do projeto neoliberal. As conquistas da Constituição Federal de 1988 e a proteção social que se estabeleceu ao longo dos anos 1990 e 2000, sob hegemonia neoliberal, não foram suficientes para romper com a lógica da ajuda e consolidar as políticas sociais. Quando o governo federal apresenta como única alternativa de sobrevivência a venda da força de trabalho, seu discurso é facilmente incorporado pelos setores populares, legitimando o sentimento de que os cuidados com a saúde devem ser subestimados em face das necessidades mais prementes de moradia e alimentação.

No caso dos países latino-americanos, a proteção social sempre oscilou de acordo com as estratégias econômicas adotadas, ora mais liberais, ora mais desenvolvimentistas, reiterando o dilema ético-econômico entre políticas sociais universais e políticas sociais focalizadas, em que estas vêm prevalecendo em decorrência do enxugamento do Estado por meio de inúmeras contrarreformas, as quais impuseram, como consequência, a perda de direitos sociais tão duramente conquistados. No Brasil, a trajetória da Proteção Social, consignada na Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, que instituiu a Seguridade Social, como direito do cidadão e dever do Estado, desde sempre, foi marcada por ataques e retrocessos contínuos. Desde a instituição do SUS, nos anos de 1990, e, posteriormente, o SUAS, nos anos 2000, as conquistas desses sistemas passaram a ser explicitamente ameaçadas e atacadas em direção à destruição total de direitos.

Na verdade, a pandemia só expõe e agrava as desigualdades que estruturam a formação social brasileira, e o contexto atual é resultado das ofensivas ultraliberais em curso no país, especialmente, após a crise de 2008, cujas respostas são circunscritas ao

ajuste fiscal, expresso com a aprovação de Emenda Constitucional nº. 95/2016 e da Contrarreforma Trabalhista de 2017, da Previdência Social de 2019, associadas a um conjunto de medidas regressivas, levadas a efeito nos últimos anos. Essas contra-reformas acentuam os níveis de pobreza, desemprego e a precarização do trabalho, sem contar o modo irresponsável, negacionista, ultrajante e genocida com que esse governo lidou com a pandemia, contrariando todas as recomendações sanitárias e conhecidas mundialmente, como as recomendadas pela OMS, por exemplo, (FREITAS, 2020).

A pandemia tem raça, cor, etnia, gênero e classe social e qualquer fenômeno que opere diretamente contra a economia terá um impacto diferente na vida de mulheres, idosos/as, quilombolas, população negra, indígenas e população LGBTI+, já que historicamente esses grupos são marginalizados, quando não são o alvo principal de ataques violentos, ameaçando sua existência e ignorados pelo poder público.

Para Santana e Melo (2021), ao se debater sobre a prevenção e o enfrentamento à pandemia da Covid-19 por grupos sociais diversos é preciso ter em conta diferenças significativas entre eles, especialmente quando se realiza uma abordagem a partir das categorias de classe social, raça e gênero. No que se refere às pessoas LGBTI+, a LGBTIfobia, como sistema de opressão que resulta de processos sociais de diferenciação, classificação e hierarquização, produzindo desvantagens sociais às pessoas afetadas, incide, também, de forma negativa, na capacidade de resposta desse grupo que, somada às estruturas locais de poder, potencializam as desigualdades vivenciadas por esses indivíduos.

No âmbito das medidas implementadas no enfrentamento à pandemia da Covid-19, o isolamento social foi desencadeador de situações de risco àquela parcela da população LGBTI+ que, sem condições de garantir o próprio sustento, viram-se obrigadas a regressar à casa de familiares. Permanecer em casa, tornou-se, portanto, um desafio para mulheres e LGBTI+, especialmente travestis e transexuais e outras identidades que sofrem violências intrafamiliares, obrigando-as a conviver com seus agressores por um período mais prolongado. Prova disso é o aumento no número de feminicídio e transfeminicídio em vários estados brasileiros.

De março a dezembro de 2020, 14 estados apontaram aumento no número de feminicídios. Juntos, eles tiveram um aumento de 20% em comparação com o mesmo período de 2019. Mato Grosso e Pernambuco apresentaram a maior elevação em número absolutos: 22 (73%) e 16 (36%) casos a mais, respectivamente, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Outro destaque é o estado do Amazonas, que elevou o número de feminicídios em 67% neste período (AzMINA-2021). Em relação às pessoas trans, foram pelo menos 175 assassinatos, sendo todas travestis e mulheres transexuais. Não foram encontradas informações de assassinatos de homens trans ou pessoas transmasculinas nas pesquisas realizadas pela ANTRA naquele ano. No entanto, reafirma-se a perspectiva de gênero como um fator determinante para essas mortes (ANTRA, 2020).

É importante destacar que visibilizar a violência e morte de mulheres em geral, e especificamente mulheres trans/travestis e lésbicas, é absolutamente necessário, considerando o sexismo, a misoginia e a LGBTfobia que fundam nossa sociedade, na qual sexualidades e gêneros exógenos ao padrão cisgênero e heterossexual são alvos de diferentes formas de opressão, exclusão e violência. Visões e atitudes heteropatriarcais e conservadoras sustentam ações violentas contra as mulheres especialmente quando não coadunam com as normas de gênero e sexualidade socialmente estabelecidas. Quando essas mulheres são lésbicas, transexuais e travestis a violência e o descaso se agravam, e por isso a importância de debater, evidenciar e denunciar a situação em que se encontram, sobretudo relacionada ao contexto pandêmico. Tratar da violência contra as mulheres exige a ampliação de seu escopo, articulando-a à sexualidade de modo a não se tornar excludente e desprezar questões graves como o lesbocídio e transfeminicídio.

O lesbocídio, elucida Peres, Soares e Dias (2018, p. 19), é “a morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica”. Essa violência letal é considerada crime de ódio e, em sua maioria, realizada por puro preconceito. O transfeminicídio, envolve não somente a violência de gênero, mas a questão identitária de gênero, que no caso da população transexual/travesti/transgênero,

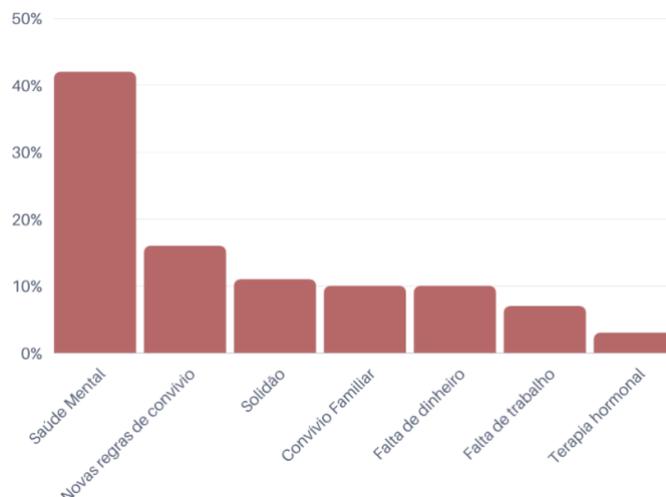
é uma identidade que diverge ao que socialmente é aceito, sendo muitas vezes submetida a diversos tipos de preconceitos e discriminações.

Como aponta Jesus (2012, p. 7), “a transexualidade é uma questão de identidade. Não é uma doença mental, não é uma perversão sexual, nem é uma doença debilitante ou contagiosa”. Porém, ainda assim pessoas trans são marginalizadas e estereotipadas cotidianamente por serem consideradas “anormais”, já que se identificam com outros gêneros diferentes ao que é designado no seu nascimento. O transfeminicídio é caracterizado a partir da ação de assassinar mulheres transexuais e travestis simplesmente por elas serem quem são, por sua identidade e expressão de gênero. A transfobia, por sua vez, segundo Podestá (2019, p. 363), “é um conceito em ascensão para designar e analisar as múltiplas violências contra pessoas trans – pessoas que vivem a transgeneridade”. Dito isso, cabe-nos, nesse momento, apresentar dados sobre violências sofridas por mulheres transexuais, travestis e lésbicas durante os anos mais graves da pandemia (2020-2021).

II. Cruzando os indicadores de transfeminicídio e lesbocídio na pandemia

De partida, ressaltamos os impactos e desafios no cotidiano das pessoas LGBTI+ durante a pandemia. De acordo com diagnóstico do Coletivo #VoteLGBT, entre 28 de abril a 15 de maio de 2020, houve piora na saúde mental em 42,72% dos mais de 10 mil entrevistados de todo o país como o principal impacto da pandemia para a população LGBTI+. Uma parcela ainda maior, 54%, afirmou que precisa de apoio psicológico. As novas regras do convívio social, a solidão e o convívio familiar foram mencionados por 39,23%. Dos participantes, 17,62% citaram as dificuldades econômicas como os maiores impactos, por falta de trabalho ou de dinheiro.

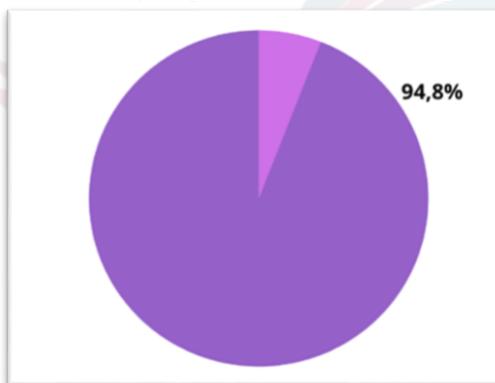
Gráfico 1 – Impactos da pandemia para a população LGBTI+ no Brasil (abril a maio 2020)



Fonte: Pesquisa LGBTQ+ na pandemia, #VOTELGBT. Elaboração Própria.

Quando se detalha informações sobre a violência cometida contra as mulheres, especialmente, transexuais, travestis e lésbicas, observa-se expressivo aumento de variadas formas de violências sofridas por essa parcela da população.

Gráfico 2 – Índice da população trans que afirma ter sofrido algum tipo de violência motivada pela discriminação por identidade de gênero na pandemia



Fonte: ANTRA, 2020

Ao se analisar a violência letal contra as mulheres trans e travestis, identifica-se números absurdamente altos, sobretudo quando se constata que em 2008, ano em que se

inicia a pesquisa sobre esses assassinatos pela ANTRA, foram registradas 58 ocorrências. A média de assassinatos dessa população de 2008 a 2021 é de 123,8 assassinatos/ano.

Quadro 1– Número de assassinatos de mulheres transexuais/travestis

ANO	NÚMERO
2020	175 assassinatos
2021	140 assassinatos

Fonte: ANTRA: Dossiê dos Assassinatos e da violência contra Travestis e Transexuais brasileiras em 2020 e 2021.

A ANTRA (2021) pondera, no entanto, que ainda que as oscilações métricas revelem uma aparente diminuição dos números mapeados pela pesquisa no ano de 2021, isso não se reflete exatamente em uma queda na violência ou no número dos assassinatos contra pessoas trans em geral, visto que em 2021 o Brasil seguiu sem qualquer ação do Estado para enfrentar a violência transfóbica. Esse número está acima da média geral, considerando os números totais ano a ano; e a aparente queda de 20% em 2021 está bem abaixo do aumento observado em 2020, que foi de 42%, mais que o dobro.

Segundo o próprio Dossiê (2020 e 2021), quando se realiza o cruzamento de diferentes marcadores sociais que compõem a vida da população trans como, por exemplo, expressão e identidade de gênero, orientação sexual, classe, constata-se que quanto mais distante do padrão masculino-cis-hétero-branco, mais estará suscetível e exposta ao ciclo de exclusão/violência e conseqüentemente, ao assassinato, sob diversas formas e intensidades. Em 2020, no universo pesquisado identificou-se que 78% eram travestis/mulheres trans negras – pretas e pardas e os índices médios de 2008- 2021 mantêm-se em uma faixa de 80% desde o início do levantamento.

Em relação a idade das pessoas trans assassinadas, o Dossiê (2021) compilou informações de 2017 a 2021, estratificando por faixa etárias.

Quadro 2 – Perfil das vítimas por idade (%) 2017-2021

Ano	Faixa Etária					
	Até 17 anos	18 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69
2017	6,3	61	22	8	2,7	0
2018	4,7	55,8	29	10,5	0	0
2019	5,2	54,5	22	13	4	1,3
2020	6,5	49,5	28,5	7,3	8,2	0
2021	5	53	28	10	3	1

Fonte: Elaboração a partir do Dossiê dos Assassinatos e da violência contra Travestis e Transexuais brasileira (ANTRA, 2022).

Os aspectos etários salientados pelo Dossiê referem-se, inicialmente, ao total de vítimas menores de idade que vem aumentando nos últimos cinco anos, somando 27 casos ou 5,6% das 483 fontes que apresentaram informações sobre a idade das vítimas. Dessas, 26 são pessoas transfemininas e 1 pessoa transmasculina. Trata-se de uma triste constatação de que a juventude trans vem sendo assassinada cada vez mais cedo. Outra marca que chama atenção é que o número de vítimas entre a idade mínima de cada ano e 35 anos, considerada a expectativa média da população trans. Em 2017, 86% das vítimas tinham entre 16 e 35 anos. Já em 2018, foram 85% entre 17 e 35 anos, e 2019 registrou 74% das vítimas entre 15 e 35 anos. Em 2020, 73% dos casos entre 15 e 35 anos, e 2021 com 81% entre 13 e 35 anos. A média entre os cinco anos ficou estabelecida em 80% de pessoas de até 35 anos assassinadas ao ano, entre 2017 e 2021.

Quando se trata de lesbocídio, a realidade se turva ainda mais, considerando a ausência ou subnotificação deste tipo de assassinato. Os últimos dados públicos sobre lesbocídio datam de 2018, resultados de uma intensa pesquisa realizada por pesquisadoras da UFRJ. Outras fontes institucionais para análise de dados de violência como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Atlas da Violência não apresentam o recorte lésbico na publicização de seus dados. No período da pandemia informações sobre o fenômeno não foram detalhadas, sequer abordadas, tendo sido, no máximo, consideradas no

conjunto dos dados sobre a população LGBTI+. De acordo com o Atlas da Violência 2020, foram notificados 9.223 casos de violência contra LGBTI+.

O lesbocídio, diferentemente do feminicídio, não ocorre comumente no âmbito doméstico, vinculando-se a tentativas de extermínio de lésbicas. Ainda que ambos — feminicídio e lesbocídio — sejam motivados por misoginia, o lesbocídio tem como particularidade a característica do ódio a um determinado tipo de mulher que se pretende extinguir, estando diretamente relacionado à desvalorização da vida de lésbicas, por parte da sociedade, e ao fato de sua insubmissão ao padrão heteronormativo que pressupõe a dominação masculina, sobretudo, das mulheres heterossexuais.

Dados do Dossiê Sobre Lesbocídio, do Núcleo de Inclusão Social da UFRJ, publicado pela última vez em 2018, revelam que 55% dos casos acontecem com mulheres em não-feminilizadas, ou seja, mulheres que não aparentam o ideal de feminilidade imposto pela sociedade e 83% são mortas por homens. Se não é possível, por um lado, precisar com exatidão os casos de lesbocídios no país, é necessário, por outro lado, exaltar e dar visibilidade às iniciativas que emergem da sociedade civil que tomam para si a responsabilidade de acompanhar as ocorrências, eventos e situações referentes ao desprezo, violação ou ausência aos direitos da mulher lésbica.

De acordo com os dados levantados entre 29 de agosto de 2021 a 30 de maio de 2022, e analisados pelo LesboCenso – 1ª etapa, publicado neste ano de 2022, pela Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e Associação Lésbica Feminista de Brasília – Coturno de Vênus, das 19.455 pessoas entrevistadas, 78,61% afirmaram já ter sofrido lesbofobia; 77,39% afirmaram conhecer alguém que sofreu violência por ser lésbica/sapatão; e 6,26% possuíam alguma conhecida que morreu por ser lésbica/sapatão.

Ainda segundo o LesboCenso (2022) os tipos de atos lesbofóbicos mais destacados foram: assédio moral (31.36%), assédio sexual (20.84%) e violência psicológica (18.39%). Em relação às situações de violência, as que mais se destacaram foram: a interrupção da fala (92.03%), contato sexual forçado sem penetração (39.17%), impedimento de sair de casa (36.46%) e situações em que foram obrigadas à relações sexuais com penetração (24.76%).

Quadro 3 – Tipos de violência relatadas

Assédio moral	Violência sexual
Assédio sexual	Violência patrimonial
Violência psicológica	Pornografia de vingança
Violência institucional	Estupro corretivo
Violência física	Tentativa de assassinato
Violência cibernética	Outros

Fonte: LESBOCENSO (2022) Adaptação

A rua foi o local onde, com maior frequência, ocorreu a lesbofobia (19.66%), seguida pela casa (14.68%) e local de lazer (11.90%). No que se refere ao/à agente causadora/r/e de violência, a família apareceu com 29.32%, número em que se destacam as figuras da mãe (9.92%) e de outros familiares fora da família nuclear (8.36%) como os principais agentes de lesbofobia. Se levar em consideração pessoas conhecidas e desconhecidas, apenas 21.23% eram desconhecidas.

As análises realizadas pelo LesboCenso ressaltam que, na última agressão lesbofóbica, 38.36% das respondentes não fizeram nada, 22.47% procuraram ajuda de amigas/os/es e apenas 6.95% acionaram a polícia, o Judiciário ou órgão oficial. Sobre o lesbocídio, 6.26% relataram que conheciam lésbicas ou sapatão que foram mortas por conta da sua orientação sexual e/ou expressão de gênero. Um número significativo de respondentes afirmou que possuía apoio da família (64.77%), sendo que em 10.91% das respostas a família não apoiava ou reprovava completamente e em 8.76% dos casos a família não sabia da sua orientação sexual, caracterizando um tipo de violência ou o receio de sofrer represálias. A rede de apoio ficou mais concentrada nas amigas e família (70.79%). Os movimentos sociais apareceram em apenas 10.78% das respostas como rede de apoio, (LESBOCENSO,2022).

O Relatório LesboCenso (2022) ao recuperar o Dossiê do Lesbocídio de 2018, escrito por Milena Cristina Carneiro Peres, Suane Felipe Soares e Maria Clara Dias, destacam que a expectativa de vida de uma lésbica/sapatão que não performa a

feminilidade é de 24 anos, observando, ainda, que, ao se realizar a intersecção com outros marcadores sociais da diferença, provavelmente a expectativa seja ainda menor.

Essa discussão é fundamental e, remete, ainda, à importância de produção de dados e informações que visibilizem a existência e a memória lésbicas, o que impõem como exigência, a tipificação do crime de lesbofobia, porque além de permitir a expressão concreta dessa perversa realidade, propicia a criação de políticas públicas de segurança, saúde e educação. A precariedade de dados governamentais sobre a lesbofobia oculta a existência e gravidade do fenômeno, como naturaliza sua incidência. Daí a importância de utilização do termo lesbocídio para especificar, no âmbito dos casos de feminicídio, aqueles motivados pelo preconceito contra mulheres lésbicas, pois resta demonstrado que estes crimes seguem lógicas diferentes. O emprego do termo lesbocídio representa uma tentativa de apontar a negligência com os casos de violência e o preconceito da sociedade brasileira em relação às mulheres lésbicas. Da mesma forma, iniciativas como o LesboCenso são primordiais por disponibilizar informações úteis e relevantes para a formulação de políticas públicas voltadas a lésbicas, seja em contextos atípicos com o pandêmico, seja no dia a dia dessas mulheres.

Considerações Finais

O crescimento de casos de assassinatos da população LGBTI+ registrados no Brasil, especialmente no contexto pandêmico, revela a face hostil desse país que vem, especialmente no governo Bolsonaro, prescindindo de sua função legal de garantir proteção aos diferentes ataques motivados por razões de raça, cor, etnia gênero orientação sexual e/ou pela identidade de gênero das pessoas LGBTI+.

Essa situação impõe à sociedade a tarefa urgente de pensar estratégias de fortalecimento das instituições e de movimentos sociais que atuam na luta pela defesa dos direitos desses grupos historicamente invisíveis e excluídos do circuito da cidadania. A ausência de levantamento de dados oficiais – a ser realizado pelo governo Federal – sobre transfeminicídio e lesbocídio e a divulgação sobre estes crimes nas mídias tradicionais

colaboram para a manutenção da desinformação, descaso e negligência que, por sua vez, perpetuam opressões sofridas por pessoas trans e lésbicas. (IRINEU, 2021).

Uma das marcas do transfeminicídio e do lesbocídio é a morte ritualizada (BENTO, 2014). Os corpos passam por mutilações por inúmeras facadas, tiros e açoites. Os corpos são repartidos e desmembrados caracterizando uma desfiguração física perversa resultante do ódio. A violência letal se soma ao apagamento, a invisibilidade, a desproteção social em prol da manutenção da heterossexualidade compulsória (IRINEU, 2021). As mortes de pessoas trans e lésbicas, em particular, e de LGBTI+, em geral, poderiam ser evitadas se a sociedade brasileira dispusesse de mecanismos eficazes de combate a diferentes preconceitos no país. Estudos revelam que a impunidade concorre para ampliação dos crimes de ódio. Revelam, ademais, que a exacerbação de preconceitos, somada a uma multiplicidade de opressões afetam não apenas o modo de existência desse grupo, suas qualidades e potências, mas colocam em risco e fragilizam sua segurança e sua própria sobrevivência.

Os índices crescentes de empobrecimento, desemprego, o descontrole da inflação, a instabilidade econômica e política porque passa o Brasil atualmente, tornam mais difícil a luta contra a violência e as violações de direitos humanos, à medida que sofrem interferências de variáveis socioeconômicas. Deste modo, evidencia-se a importância e urgência de construção de políticas públicas, que em seus limites fundamentais, sejam direcionadas para atender as demandas e necessidades específicas das mulheres e da população LGBTI+, que sejam capazes de promover a redistribuição socioeconômica e o reconhecimento das diferenças (IRINEU, 2019).

REFERÊNCIAS

ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** / Bruna G. Benevides, Sayonara Naidier Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** / Bruna G. Benevides, Sayonara Naidier Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENTO, Berenice. Brasil: país do transfeminicídio. **Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos**, 4 jun. 2014. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf. Acessado em 20 ago. 2022. » http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf

BRETAS, Tatiana. Defender a vida é preciso, a economia não. *In: Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais* / [organizadores] Elaine Moreira, Rachel Gouveia ... [et al.]. – Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. 155 p.

COLETIVO #VoteLGBT. Diagnóstico LGBT+ na pandemia/2020. Disponível em: [vote lgbt + box1824] diagnóstico LGBT+ na pandemia_completo (squarespace.com)

FREITAS, L. O. Política de Assistência Social e seu papel na pandemia. *In: Atentos/as e fortes na quarentena: resistências em defesa dos direitos humanos, das políticas sociais e das liberdades democráticas em tempos de pandemia da covid-19* / organizadores: Rosimeire dos Santos, Vanda Micheli Burginski, Alana Barbosa Rodrigues, Francisca Benigno de Lima. – Palmas: EDUFT, 2021. 81 p.

GOUVEIA, Marina. A culpa da crise não é do vírus. *In: Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais* / [organizadores] Elaine Moreira, Rachel Gouveia ... [et al.]. – Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. 155 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE - [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=destaques). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=destaques>

IRINEU, Bruna A. **Lesbofobia de Estado e a política de extermínio**. Revista Cult, n. 276, Dez-2021. Disponível em: < <https://revistacult.uol.com.br/home/lesbofobia-de-estado-e-politica-de-extermínio/>>. Acesso em 22 dez. 2021.

IRINEU, Bruna A. et. al. **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes**. Editora Devires. Salvador, Bahia. 1ª edição, 2020. 283p.

IRINEU, Bruna A. **Nas tramas da política pública LGBT: um estudo crítico da experiência brasileira (2003-2015)**. Cuiabá: EdUFMT, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** [Online]. Brasília: abril, 2012.

LEWYS, Sophie. A crise do coronavírus mostra que chegou a hora de abolir a família. Blog da Boitempo, 2020.

PERES, Milena; SOARES, Suane; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil**: de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PODESTÁ, Lucas Lima de. Ensaio sobre o conceito de transfobia. *Periódicus*, Salvador, n.11, v. 1, mai-out.2019 – **Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**, p. 363-380.

SANTANA, Alef Diogo da Silva e MELO, Lucas Pereria. Pandemia de covid-19 e população LGBTI+: (In)visibilidades dos impactos sociais. **Sexualidad, Salud y Sociedad** REVISTA LATINOAMERICANA / n. 37 / 2021 – e 2022 / www.sexualidadsaludysociedad.org

REVISTA AzMina – Na pandemia, três mulheres foram vítimas de feminicídio por dia. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/na-pandemia-tres-mulheres-foram-vitimas-de-femicidio-por-dia/>

SPIGOLON, J. X.; IRINEU, B. A. Transfeminicídio e lesbocídio no contexto da pandemia de **covid-19: uma análise a partir do isolamento social na Argentina e no Brasil**. *Anais X CINABEH*. Editora Realize: João Pessoa, 2021.

Transfemicide and lesbocide in the context of the COVID-19 pandemic in Brazil

Abstract: This work is the result of research funded by CNPq, Brazil and reflects how the Covid-19 pandemic accentuated structural inequalities in Brazil, deepening socioeconomic differences expressed, among others, in the health indicators that divide the Brazilian population in the face of the possibilities of access to medical services. quality toilets. The social distancing and isolation measures, promoted with the intention of stopping the spread of the virus, gave rise to the debate on the public scene around the policies of attention to the LGBTI+ population, announcing the intensification of contrasts and injustices, especially when crossed by other social markers. such as race, ethnicity, gender, sexual orientation and social class.

Keywords: Covid-19; Lesbocide; Transfemicide;

Recebido em: 20/10/2021

Aprovado em: 16/04/2022